

O governo dos corpos e o papel regulador da escola

SOARES, Maria da Conceição ¹
PAIVA, Jair Miranda de ²

RESUMO

O presente estudo foi desenvolvido acerca do pensamento de Michel Foucault com o intuito de identificar como se deu o processo de transição do poder soberano ao poder disciplinar e como estes se relacionaram e constituíram o biopoder, que opera através da gestão da vida. Através desse posicionamento, Foucault aponta como se instaurou a disciplina dentro das instituições, promovendo a docilização e o governo dos corpos, e a biopolítica como estratégia de controle social. Sob essa ótica, discutimos aqui o olhar crítico da Escola Moderna delineada por Foucault e propomos uma nova perspectiva para a educação escolar.

Palavras-Chave: Poder disciplinar. Governo dos corpos. Escola Moderna. Educação.

Introdução

Essa pesquisa foi desenvolvida sob a ótica dos conceitos e do pensamento do filósofo francês Michel Foucault acerca de seus questionamentos sobre os diferentes modos pelos quais os seres humanos constituem-se enquanto sujeitos e como a Escola contribui diretamente nesse processo.

Michel Foucault, que apesar de não ter desenvolvido em sua obra uma teoria da Educação ou uma Filosofia pautada em parâmetros educacionais ou de Ensino, através de sua noção crítica de *ontologia do presente*, procurou investigar fenômenos históricos socioculturais que conduziram a humanidade a se organizar e conceber-se tal como ela é, elaborando assim uma espécie de diagnóstico da sociedade moderna (ADVERSE, 2010).

Nessa conjuntura, a Escola, que é por excelência o lugar privilegiado de construção do sujeito moderno, se utiliza de poderes disciplinares e saberes específicos para incutir a docilização dos corpos desde a infância. É por esse viés que busco compreender os mecanismos de poder que resultam na produção de uma infância governada, onde a criança é subvalorizada e entendida como sujeito do não-saber (COSTA; KUHN; ILHA, 2019).

¹ Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário Norte do Espírito Santo. Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: mariacsoares8@gmail.com

² Doutor em Educação, docente do Departamento de Educação e Ciências Humanas e do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica, Ceunes/Ufes, São Mateus, ES. E-mail: jair.paiva@ufes.br

Pretendo, portanto, discutir a Escola sob a perspectiva foucaultiana enquanto uma *instituição de sequestro* que produz indivíduos fragmentados (FOUCAULT, 1999). A partir disso, busco pensar novas possibilidades para a Escola desempenhar outras funções na sociedade, que não o papel regulador de Aparelho Ideológico do Estado, parafraseando Althusser.

Esse estudo surgiu da tentativa particular de compreender as conceituações de Michel Foucault acerca de suas abordagens quanto a sociedade Moderna, tendo em vista o aprofundamento na relação saber-poder e como essa relação se dá no âmbito das instituições educacionais, uma vez que, enquanto estudante de Pedagogia, e portanto futura educadora, é necessário elaborar um novo olhar voltado à sala de aula e as estruturas escolares, possibilitando a reflexão no que diz respeito às práticas imbricadas e estabelecidas para o funcionamento desse ambiente, mas principalmente, tomando conhecimento da genealogia que deu origem ao modelo de escola imposto.

Para tanto, foram realizadas leituras de algumas das principais obras de Foucault onde me esforço em acompanhar a fundamentação que leva o autor a desenvolver seus estudos críticos e estabelecer a transição entre a Soberania e a Modernidade. Por meio de suas construções, desconstruções e reconstruções é possível compreender como atua a disciplina a serviço do controle dos corpos, e como essa dinâmica está diretamente concatenada à mecânica do poder exercido sobre a vida.

1 Do poder soberano ao biopoder

Para compreendermos a trajetória que nos trouxe à formação da Sociedade Moderna é fundamental estabelecer as características do poder soberano e quais as transformações e adequações este sofreu para culminar na disciplina tal como a concebemos e, então, ao que Foucault denominou, biopoder.

Em *História da Sexualidade I: a vontade de saber*, Foucault (1988) relata como se afirmava o poder do soberano por meio de seu direito sobre a vida e a morte, isto é, a soberania representava uma autoridade suprema na qual os súditos eram tomados como propriedade e, portanto, servos de seus senhores. O poder soberano se assegurava por via de violências, punições, extorsão de bens e castigos corporais, mas principalmente, pela autorização do soberano de matar em sua própria defesa ou de pedir que o defendessem, que morressem em seu nome. Era,

portanto, nesse direito de “fazer morrer ou deixar viver”, que se concentrava o poder do soberano. Em outras palavras, era a morte que legitimava o direito à vida.

O Ocidente passou por uma reorientação desse mecanismo de poder, onde novas forças de controle foram engendradas, deslocando-o de sua legitimação na morte para uma gestão da vida. O poder passa a ser exercido sobre a vida como ressalta Foucault (1988, p. 130): “Agora é sobre a vida e ao longo de todo o seu desenrolar que o poder estabelece seus pontos de fixação; a morte é o limite, o momento que lhe escapa;”. O velho direito do soberano de “fazer morrer ou deixar viver” se transmuta em “fazer viver ou devolver a morte”, no qual a morte é entendida como limiar.

Nessa nova conjuntura, preocupa-se essencialmente com o desenvolvimento, preservação e continuidade da vida, e todo esse movimento foi disseminado, não ao acaso, com a entrada da Medicina na vida. A princípio pela necessidade de uma sanitização das cidades europeias, pelo processo de higienização que visava impor parâmetros de limpeza e asseio em prol da manutenção da vida, afinal a ascensão da burguesia e a estabilização do Capitalismo exigia corpos sadios que garantissem a produção dentro das fábricas (ZORZANELLI; CRUZ, 2018).

A Medicina enquanto ciência moderna nasce como uma Medicina Social, responsável não somente pela conservação da vida, por meio do controle de epidemias, vacinações, combate às patologias e outros, como mais a frente desempenha um papel estratégico na manutenção do poder sobre a vida, uma vez que carrega consigo a capacidade de, enquanto ciência positivista, que por excelência “produz verdades” para a Modernidade, verificar e validar a caracterização de corpos patológicos, doentes, que representam perigo à sociedade, em oposição ao corpo sadio (ZORZANELLI; CRUZ, 2018).

Como consequência dessa calculista gestão da vida, a vida humana adentra na História, já que a fome e a proliferação de doenças deixam de ser ameaças. Com efeito, novos conhecimentos e saberes sobre o homem são desenvolvidos vislumbrando um controle tanto de ordem política quanto econômica. Para Foucault, diferentemente do que defendia Aristóteles durante o período Clássico, “o homem moderno é um animal, em cuja política, sua vida de ser vivo está em questão” (FOUCAULT, 1988, p.134).

Em suma, o biopoder é essa nova mecânica de poder sobre a vida, capaz de estabelecer configurações sociais específicas que potencializam a produtividade dos corpos enquanto os domestica e controla (BERTOLINI, 2018).

Anterior a efetiva atuação e absorção do biopoder forjaram-se técnicas que vão muito além da norma e do sistema jurídico puramente, ou ainda, do direito de morte como se validava o antigo poder do soberano, afinal

[...] um poder que tem a tarefa de se encarregar da vida terá necessidade de mecanismos contínuos, reguladores e corretivos. Já não se trata de pôr a morte em ação no campo da soberania, mas de distribuir os vivos em um domínio de valor e utilidade. Um poder dessa natureza tem de qualificar, medir, avaliar, hierarquizar, mais do que se manifestar em seu fausto mortífero (FOUCAULT, 1988, p.135)

Com o intuito de dominar os corpos e alcançar plena gestão da vida é que as práticas disciplinares foram cunhadas e aplicadas ao novo corpo social que se formava.

2 A administração dos corpos

A administração dos corpos acontece num primeiro momento através da disciplina. Disciplina essa, que apesar de já existir em regimes isolados desde a Antiguidade, no decorrer dos séculos XVII e XVIII ganha novos ares. A disciplina é agora potencializada e aperfeiçoada para gerir a vida, controlá-la, orientá-la, adestrá-la, agindo sobre os corpos com o objetivo de expandir suas habilidades e extorquir suas forças (FOUCAULT, 2010). Ao se tornar alvo e objetivo do poder, percebeu-se que o corpo era passível de docilização, e é justamente esse corpo dócil a peça que importa na máquina de produção.

Um corpo dócil é obediente em termos políticos e produtivo em termos econômicos, e para atingir essa docilidade o corpo é minuciosamente trabalhado desde muito cedo e a ele é exercida uma coerção ininterrupta durante toda sua vida, que delimita o espaço e o tempo bem como mecaniza gestos e atitudes, definindo assim o corpo como máquina. Essa disciplina constante e ativa é implementada por meio de um conjunto de *instituições de sequestro* que surgem na sociedade, a Escola, a Prisão, o Hospital, o Manicômio, o Exército e tantos outros (FOUCAULT, 1999). Em todos esses espaços o homem é sujeitado, vigiado e mantém sua condição de docilidade-utilidade. Segundo Veiga-Neto (2004, p. 85):

Falar em corpos dóceis é falar em corpos maleáveis e moldáveis; mas não se trata, aí, de uma modelagem imposta, feita à força. Ao contrário, o que é notável no poder disciplinar é que ele “atua” ao

nível do corpo e dos saberes, do que resultam formas particulares tanto de estar no mundo – no eixo corporal –, quanto de cada um conhecer o mundo e nele se situar – no eixo dos saberes.

Assim como o disciplinamento, o panoptismo mostrou-se uma ferramenta necessária durante o processo de concepção de corpos dóceis. Essas duas práticas juntas configuraram uma tática de governo cada vez mais eficiente. O modelo panóptico consiste em uma estrutura arquitetônica composta por um ambiente fechado, dividido em celas - ou em salas, como preferirem - e com uma torre na posição central. Essa disposição geográfica promove uma cruel dissimetria da visibilidade, já que um único indivíduo do alto da torre é capaz de inspecionar a todos, ao passo que o vigiado está a todo momento sob a tutela dessa vigilância invisível; invisível porque da ótica do encarcerado não é possível entrever o vigilante (FOUCAULT, 1999).

Esse arranjo espacial que segmenta, divide e individualiza permite o controle de cada movimento com rigor e precisão, bem como viabiliza o registro de tudo que é observado em forma de relatórios onde é anotado com riqueza de detalhes todo e qualquer movimento: visitas, reclamações, punições, doenças, erros ou desvios, tudo deve ser catalogado, e assim o fazem o professor, o médico, o síndico, o general (FOUCAULT, 1999), afinal de contas, como reifica o Direito, *tudo o que você disser pode e será usado contra você no tribunal*. São esses modelos de documentos que dão origem aos dossiês utilizados até os dias de hoje em diversas instituições.

Em sua análise do pensamento foucaultiano, Veiga-Neto (2004) aponta as principais características do panoptismo: sua totalidade, a vigilância se aplica a todos, ninguém escapa do olhar controlador; sua minúcia, pois é possível analisar com acuidade cada detalhe que cerca os indivíduos; sua saturação, a vigília não cessa, é constante, não há descanso; sua individualização, devido a segmentação por celas; e claro, a vantagem econômica já que este é um modelo relativamente simples que exige pouco investimento e não por isso menos eficaz, ao contrário, gera resultados em larga escala. Nos moldes do panoptismo a violência exercida sobre os corpos dispensa a violência física das punições corporais, castigos e palmatórias como no antigo poder monárquico, já que esse tipo de violência incitava a rebeldia, a desobediência e conseqüentemente, a organização de revoltas. Ao contrário, agora basta um olhar.

Um olhar que vigia e que cada um, sentindo-o pesar sobre si, acabará por interiorizar, a ponto de observar a si mesmo; sendo assim, cada um exercerá esta vigilância sobre e contra si mesmo. Fórmula maravilhosa: um poder contínuo e de custo afinal de contas irrisório (FOUCAULT, 2010, p. 120).

Por temer a punição e o castigo o próprio sujeito passou a se autovigiar, ainda que na ausência de um vigilante. Com o passar do tempo, o poder disciplinar foi racionalizado e superou a necessidade de haver um soberano, pois suas tecnologias inauguradas pelas instituições disciplinares davam conta do controle social por si só, configurando assim, uma sociedade estatal (FOUCAULT, 1999). Conforme atinge dimensões globais, o poder disciplinar passa a caracterizar o biopoder, que toma forma no corpo social e se difunde como uma função generalizada, isto é, atinge o controle das massas, em detrimento do controle apenas individual (MONTEIRO; CRUZ, 2020).

À vista dessa nova configuração do poder em que os corpos são administrados e moldados, a arte de governar torna-se uma ciência política, denominada por Foucault biopolítica, que por advir da teoria da soberania foi cuidadosamente reelaborada a fim de preencher as lacunas que o antigo poder não dominou. Para isso, por volta da segunda metade do século XVIII um conjunto de procedimentos, saberes, conhecimentos e ciências foi inaugurado, a fim de produzir mecanismos de reger e controlar o que há em comum no todo: a vida (FOUCAULT, 2010). A população passa a ser compreendida como um *corpo social* que possui suas próprias especificidades. Em suma, o corpo como máquina permanece sendo gerido pelo poder disciplinar, ao passo que o corpo-espécie, no que tange a vida coletiva, passa a ser administrado pela biopolítica a fim de prever riscos futuros e regulamentar a população.

Nesse sentido, nascem as ciências modernas que enquanto estratégia da biopolítica são capazes de produzir saberes e verdades sobre a vida das populações. Assim se instaura uma nova entidade, o sujeito moderno, que para Foucault não é produtor, mas sim o produto de saberes, pois encontra-se aprisionado em ciências positivistas como a Biologia, a Medicina e a Estatística, que buscam defini-lo, classificá-lo e quantificá-lo. Esse saber-poder é facilmente identificado se observarmos o processo de estatização do biológico que se dá por meio da inauguração de intervenções reguladoras que problematizaram por

exemplo, a natalidade, a mortalidade, a saúde da população, a expectativa de vida, a proliferação, entre outros (FOUCAULT, 1988).

A justaposição desses conhecimentos que descrevem o homem, promove ao Estado a condição de detentor de um saber-poder que lhe permite calcular de modo racional a expansão de suas riquezas, o aumento da força estatal e da própria população (OLIVEIRA, 2019).

Posto esses elementos, a disciplina atuando sobre o corpo como máquina e a biopolítica sobre o corpo como espécie, podemos aludir a ideia desenvolvida na crítica foucaultiana à Modernidade e compreender como o modelo escolar concebido durante o século XVII se sustentou até os dias de hoje.

3 A escola moderna

Como mencionado previamente, a Escola, objeto de discussão deste estudo, não por acaso, está localizada no cerne dessa imposição de forma de governo da vida, em virtude de ocupar, por excelência, lugar de honra no processo civilizatório e disciplinador, pois é nela que os sujeitos passam maior parte de sua formação. A Escola moderna cumpre com louvor seu papel regulador e controlador, “ensinando” desde muito cedo práticas normativas e condutas disciplinadoras.

O controle social, enquanto ferramenta do biopoder legitimada pelo disciplinamento, caracterizou a sociedade ocidental moderna como disciplinar, através de espaços destinados às especificidades do corpo; o hospital para o doente, o manicômio para o louco, a prisão para os criminosos, o asilo para o idoso, a Igreja para os pagãos e, evidentemente, a escola para o governo da infância (COSTA; KUHN; ILHA, 2019). Todos estes empreendendo suas violências de modo racional e planejado.

Foucault (2010) explica que no início do século XVII os alunos eram agrupados e o professor ensinava-os um a um individualmente. Essa configuração precisou ser reorganizada a fim de se implementar um ensino coletivo que impedia que os alunos tivessem intervalos de ócio, ao passo que facilitava o controle de cada um e do todo simultaneamente. Dessa necessidade de domínio surge um novo arranjo nas salas de aula, onde estudantes se posicionam separadamente e alinhados e todos devem operar – trabalhar, produzir – concomitantemente à vista do regente da sala, o professor. Ora, vejam se não é essa a composição do modelo panóptico.

A escola opera através da disciplina impondo ordem, classificando, categorizando em séries, organizando em grades curriculares, controlando o tempo e o ócio, fazendo chamadas, realizando exames, sempre visando a docilização do corpo e a otimização do tempo. E conforme se expandem as práticas disciplinares há uma produção e ampliação de novos saberes sobre a Escola e seu objeto – as crianças – fabricando ciências como a Pedagogia, e posteriormente a Psicopedagogia (CRUZ; FREITAS, 2011). Para reger esse ambiente implementa-se um conjunto de normas que funcionam segundo uma:

micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseria, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes 'incorretas', gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência) (FOUCAULT, 1999, p.203).

A correção de comportamentos pela imposição de uma mesma penalidade generaliza e iguala a todos, sistematizando assim o poder, que com seu efeito normalizador define o que é considerado “correto” ao mesmo tempo que também caracteriza comportamentos considerados desviantes.

É através de um ideal sociológico de normalidade que se produzem os discursos de “verdade” da sociedade contemporânea e é nesses processos de produção de verdades que se forjam violências por exclusão. A Escola é entendida como local de ensinar “a moral e os bons costumes” para a criança vista como “selvagem” – e ao mesmo tempo, adulto promissor – isso porque a infância caracteriza uma fase da vida em que o homem é passível de todo tipo de condução e exerce pouca, ou quase nenhuma, resistência às forças sociais que lhe são impostas (VEIGA-NETO, 2004).

Por um lado, vimos que a escola possui um papel decisivo na construção de nossas subjetividades, instituindo práticas pedagógicas corretivas, isto é, exercendo sobre a vida uma coerção constante que no decorrer do tempo foi naturalizada e hierarquizada, fomentando a estatização do biológico (VALEIRÃO; OLIVEIRA, 2014). Cabe agora questionar se a escola da atualidade desempenha a mesma função que em séculos anteriores e quais são as possíveis alternativas de mudança mediante a presente conjuntura sociocultural que se configurou.

Em seus últimos estudos, Foucault (2010) refletiu sobre o pensamento filosófico de Sócrates e partindo da máxima socrática “*conhece-te a ti mesmo*”

propôs um novo olhar que se converte no *cuidado de si*, que possibilita ao aluno se desenvolver, se conhecer. Nessa ótica, a Educação é compreendida como prática libertadora na qual os sujeitos aprendem da melhor maneira como lidar com seus corpos e sua mente, desenvolvendo um governo sobre si mesmo e construindo sua própria personalidade através de atitudes reflexivas sobre sua relação com o mundo.

Pensando no conceito de cuidado como sugerem os dicionários, uma demonstração de atenção onde há cautela, prudência, zelo e esmero, é possível refletir o *cuidado de si* proposto por Foucault enquanto o ato de ocupar-se de si. Entretanto, é necessário pensar esse *cuidado* a partir de uma ideia ampla que vai além da atenção com o corpo pura e simplesmente e alcança o cultivo de si sugerindo um trabalho mental do sujeito para consigo que possa relacionar corpo, mente e Cultura. Há, portanto, uma associação direta entre o *cuidado de si* e a liberdade (NOVA... 2017).

A escola como local da transmissão de saberes e conhecimentos tal como foi concebida só é capaz de uma educação conteudista que impõe uma finalidade racional externa ao sujeito – raramente se elabora o processo educativo como um processo de construção efetiva do sujeito. Logo, pensar a Educação como instrumento do *cuidado de si* significa propiciar e fomentar práticas libertadoras no âmbito educacional e nessas circunstâncias não cabe ao educador transmitir um saber “pronto”, acabado e externo ao aluno, mas sim, chamar atenção para o que não se quer atender, dar vistas ao que não se vê (NOVA... 2017).

A Educação como dominação de sujeitos não leva a liberdade, mas se elaborada sob uma nova perspectiva, a Educação desenvolvida no ambiente escolar pode ser usada como ferramenta para se compreender o fundamento da liberdade. E a partir do momento que os indivíduos se configuram como sujeitos de si torna-se possível afirmar sua autonomia. Há, porém, uma questão que envolve a ideia do *cuidado de si*: Como evitar que esse conceito seja apropriado pelo Capitalismo vestindo-se em individualismo e narcisismo puramente? Ora, a resposta está na própria Educação, que investida de seu caráter conscientizador deve discutir e abordar questões éticas e sócio-políticas localizando o indivíduo como sujeito histórico que opera e é parte de um coletivo que possui seus valores sociais. O sujeito não pode ser dissociado do todo, ou seja, o cuidado de si deve ser articulado ao cuidado com o outro (NOVA... 2017).

Considerações Finais

No percurso deste estudo foram abordados, de maneira simplificada, alguns dos conceitos da filosofia foucaultiana visando compreender como se engendrou a Escola Moderna enquanto instituição disciplinar que age sobre os corpos dos indivíduos assujeitando-os e que, junto a outras tecnologias de poder, formou uma espécie de malha invisível que direciona os pensamentos e comportamentos em prol de um corpo dócil. Devido à essa fragmentação da vida é gerado um falseamento da realidade que nos afasta do nosso *eu*, pois constrói subjetividades com bases objetivas, como objeto, não permitindo sequer a possibilidade de reconstrução.

É fundamental a compreensão dessa história arqueológica da escola, bem como das outras instituições disciplinares, pois assim identificamos o esquadramento da vida e, por conseguinte, compreendemos a causa – ou, as causas – que orientaram a sociedade moderna ao controle e ao governo.

Mesmo reconhecendo o espaço escolar como regulador, tal qual ele se formou, o fato da educação escolar ser assegurada por lei e, portanto, local por onde obrigatoriamente passam todos os indivíduos alguns anos de suas vidas, devemos nos preocupar em discutir novas e diferentes práticas que possam ser aplicadas no âmbito escolar; pensar um cenário em que a educação seja de fato libertadora, onde as relações estabelecidas não sejam regidas única e exclusivamente pelo saber-poder.

Nesse sentido, propiciar a vivência sob novas perspectivas e promover um ambiente escolar pensado de maneira colaborativa entre educadores e educandos que instrua os estudantes ao autoconhecimento, ao cuidado de si e ao cuidado do outro.

Referências

- ADVERSE, Helton. O que é "Ontologia do Presente"? **Nuntius Antiquus**, Belo Horizonte, v. 1, n. 6, p. 129-152, dez. 2010. Semestral. Disponível em: http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/nuntius_antiquus/article/view/2091. Acesso em: 19 ago. 2021.
- BERTOLINI, Jeferson. O Conceito de Biopoder em Foucault: apontamentos bibliográficos. **Saberes**, Natal, v. 18, n. 3, p. 86-100, dez. 2018. Semestral. Disponível em: <http://www.periodicos.ufrn.br/saberes>. Acesso em: 21 ago. 2021.
- COSTA, Andrize Ramires; KUHN, Roselaine; ILHA, Franciele Roos da Silva. O GOVERNO DOS CORPOS E A REGULAÇÃO DAS LIBERDADES INFANTIS. **Movimento (Esefid/Ufrgs)**, [S.L.], v. 25, p. e25083, 7 dez. 2019.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://dx.doi.org/10.22456/1982-8918.93493>.

CRUZ, Priscila Aparecida Silva; FREITAS, Silvane Aparecida de. Disciplina, Controle Social e Educação Escolar: um breve estudo à luz do pensamento de michel foucault. **Revista do Laboratório de Estudos da Violência da Unesp**, Marília, v. 1, n. 7, p. 36-49, jun. 2011. Semestral.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. I. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.

_____. Vigiar e Punir. 20ª edição. Petrópolis: Editora Vozes. 1999.

MONTEIRO, Marcos Vinícius de Oliveira; CRUZ, Marcos Murrelle Azevedo. Educação e Práticas de Liberdade em Michel Foucault. **EDUCamazônia: Educação, Sociedade e Meio Ambiente Humaitá, Amazonas**, v. , n. 1, p. 28-41, mar. 2020. Semestral.

NOVA escola pensadores: Michel Foucault – educação como prática da liberdade. [S.l.: s.n.], 2017. 1 vídeo (11 min). Publicado pelo canal Nova Escola. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RpNpvmfMU8>. Acesso em: 28 set. 2021.

OLIVEIRA, Lorena Silva. O conceito de governamentalidade em Michel Foucault. **Ítaca**, [S.L.], v. 1, n. 34, p. 48-72, ago. 2019. Anual. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Itaca/issue/view/1143>. Acesso em: 08 set. 2021.

VALEIRÃO, Kelin; OLIVEIRA, Avelino da Rosa. A Microfísica dos Corpos na escola. **Caderno de Pesquisa: Pensamento Educacional**, Curitiba, v. 9, n. 22, p. 79-94, maio 2014. Trimestral. Disponível em: http://www.utp.br/cadernos_de_pesquisa/. Acesso em: 13 set. 2021.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a Educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

ZORZANELLI, Rafaela Teixeira; CRUZ, Murilo Galvão Amancio. O conceito de medicalização em Michel Foucault na década de 1970. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, [S.L.], v. 22, n. 66, p. 721-731, 21 maio 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622017.0194>.